



**TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO
FINANCEIRA Nº. 445/2014, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA,
MEDIANTE A SECRETARIA DE ESTADO DA
EDUCAÇÃO (SEE/PB). E O CONSELHO
ESCOLAR DO(A) EEEFM MONSENHOR
CONSTANTINO VIEIRA COM O INTUITO DE
SUPLEMENTAR O FORNECIMENTO DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM
CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E A LEI
11.947/09 E SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.**

O ESTADO DA PARAÍBA, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE/PB), situada na Avenida João da Mata, S/N, Bloco I, 6º andar, Centro Administrativo do Estado, Jaguaribe, João Pessoa – PB, CNPJ nº. 08.778.250/0001-69, representada por sua Secretária, a Srª. **MARCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA**, brasileira, casada, portadora de RG nº. 675.893 SSP/PB, inscrita no CPF 410.397.774-49, residente e domiciliada no Município de João Pessoa – PB, doravante denominada de **CONCEDENTE** e o **CONSELHO ESCOLAR DO(A) EEEFM MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA** com sede administrativa na AV PADRE ROLIM, S/N, CENTRO, no município de CAJAZEIRAS, inscrito no CNPJ sob o nº **01.421.614/0001-00**, neste ato representado por seu Presidente, **MARIA JOSE DE SOUSA SANTOS**, portador de RG 712952, inscrito no CPF 314.917.824-04, residente e domiciliado à JOCA CLAUDINO, 349, doravante denominados **CONVENIENTES**, resolvem firmar o presente **CONVÊNIO**, através do presente processo administrativo de nº 0015836-5/2014, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente Convênio tem por objetivo estabelecer um regime de mútua cooperação, visando à suplementação do fornecimento de alimentação escolar na(o) **EEEFM MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA**, em decorrência do Programa PBVEST, conforme previsto no Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 – Para cumprimento do objeto do presente Convênio, a **CONVENIENTE**, **EEEFM MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA** utilizará a importância total de **R\$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS REAIS)**, com recursos provenientes da Dotação Orçamentária cuja Classificação Funcional Programática é a seguinte: **22101.12.361.5036.2758.0000.0000287.33503000.112 – (R.O. 01555)**, no valor de R\$ 2.400,00 (DOIS MIL E QUATROCENTOS).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

3.1 – o Cronograma de Desembolso da importância referida na Cláusula anterior ocorrerá com o desembolso do valor total descrito na Cláusula em única parcela após a publicação do presente ajuste.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – As CONVENIENTES se obrigam a aplicarem os recursos definidos na Cláusula Segunda obrigatoriamente no objeto do presente Convênio e em consonância com o estabelecido no Plano de Trabalho, que possa a fazer parte integrante do presente Convênio.

4.2 – As CONVENIENTES se obrigam a aplicarem os recursos definidos neste Ajuste da forma a seguir:

a) Depositar os recursos em conta específica, admitindo-se saques para pagamentos estabelecido no plano de trabalho através de cheque nominal, ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

b) Os recursos transferidos enquanto não empregados na sua finalidade serão obrigatoriamente aplicados;

I – Em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

II – Em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 – As CONVENIENTES competem:

I – Fornecimento de Alimentação Escolar para os alunos do “Programa do Ensino Médio Inovador em Tempo Integral” que assistem aula na sede **EEEFM MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA;**

II – Observar, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo inadmissível o fracionamento de despesa para fugir ao procedimento administrativo da licitação;

III – Depositar os recursos em conta específica, contendo o número do Convênio e os nomes das partes convenientes, aplicando-os, enquanto não utilizados, das seguintes formas:



a) Obrigatoriamente, em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

IV – Aplicar, exclusivamente no objeto deste Convênio, os rendimentos financeiros auferidos das aplicações descritas no item anterior, fazendo parte da prestação de contas do ajuste em demonstrativo específico;

V – Efetuar pagamentos acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) somente por meio de cheque nominal;

VI – Proceder à comprovação da despesa mediante apresentação de recibo de quitação e da documentação, quando for o caso;

5.2 À CONCEDENTE compete:

I – Repassar os recursos para a suplementação no fornecimento da alimentação escolar destinada a atender aos alunos do “Programa PBVEST” que estudam na **EEEFM MONSENHOR CONSTANTINO VIEIRA**, na cidade de Alagoa Grande;

II - Transferir os recursos definidos de acordo com a Cláusula Segunda;

III – A prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6.1 – É expressamente vedado (a):

I – A realização de despesas com gratificações, consultorias, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

II – O aditamento de alteração do objeto ou das metas;

III – A realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V – A realização de despesas com taxas bancárias, com multa, juros ou correção monetária, eferente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VI – Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e que não constem nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou autoridades ou servidores públicos.



CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

7.1 – Ficam os CONVENENTES obrigados a prestarem contas da correta aplicação dos recursos à gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças (GPLOF) da CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento da vigência deste Convênio, instituindo-a com os seguintes documentos:

I – Plano de Trabalho – Anexo I;

II – Cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio, com a indicação da data de sua publicação – Anexo II;

III – Relatório de Execução Físico-Financeira – Anexo III

IV – Demonstrativo de Execução da receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando o caso, e os saldos – Anexo IV;

V – Relação de pagamentos – Anexo V

VI – Relação dos produtos adquiridos com os recursos financeiros repassado pelo Governo do Estado – Anexo VI;

VII – Extrato da conta bancária específica do período do recebimento de cada uma das parcelas repassadas e a conciliação bancária, quando for o caso;

VIII – Comprovante de recolhimento do saldo de recursos a conta corrente indicada pelo CONCEDENTE ou DAR quando recolhido ao tesouro Estadual;

IX – Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o CONVENENTE, pertencer à Administração Pública.

7.2 A Ausência de prestação de contas parcelas ou final importará na inadimplência do CONVENENTE com a conseqüente inclusão do nome no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

CLÁUSULA OITAVA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

8.1 – Será instaurada a competente Tomada de Contas Especial, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, pelos órgãos encarregados da contabilidade analítica do CONCEDENTE, por solicitação do respectivo ordenador de despesas, por determinação do Controle Interno ou pelo TCE/PB, quando:

I – Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias concedidos em notificação pelo CONCEDENTE;



II – Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelos ACONVENIENTES, em decorrência de:

- a) Não execução total do objeto pactuado;
- b) Atingimento parcial dos objetivos avençados;
- c) Desvio de finalidade;
- d) Impugnação de despesas;
- e) Não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

III – Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 – O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2014, como prazo para execução e até 30 (trinta) dias contados da data do término da vigência, para apresentação da prestação de contas final.

9.2 – O presente Instrumento poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e manifestado o interesse público, mediante a celebração de Termo Aditivo.

9.3 – A CONCEDENTE prorrogará de ofício, a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 – A CONCEDENTE fará obrigatoriamente, a publicação do resumo deste termo no Diário Oficial do Estado até o 5º. dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, em cumprimento à Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 – Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio de Cooperação será obrigatoriamente destacada a participação das partes convenientes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1 – O presente Convênio poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas



obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

12.2 – Constitui motivo para rescisão deste Convênio o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:

I – Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;

II – Falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

12.3 – Este Convênio também poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 – Fica eleito o Foro da cidade de **CAJAZEIRAS**, estado da Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas, que decorrem da execução do presente instrumento, renunciando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo em 03 (três) vias que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Convenientes, e pela testemunhas abaixo.

João Pessoa, 14 de junho de 2014.

Márcia de Figueiredo Lucena Lira
MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA
Secretária Executiva de Estado da Educação

Maria José de Sousa Santos
MARIA JOSÉ DE SOUSA SANTOS
Presidente do Conselho Escolar

TESTEMUNHAS:

1) Nome: Ciliza Oliveira do Nascimento CPF 058.193.234-92

2) Nome: Carissa Mayara da Silva Bandeira CPF 059479054-93

AA